

Relatório de Avaliação de Progresso

INSTITUTO PROFESSIONAL DE CANOSSA (IPDC)

6 de Outubro de 2011

O presente relatório internacional de avaliação de progresso foi elaborado no sentido de verificar se o Instituto Profissional de Canossa (doravante designado **IPDC**) continuou a implementar aspectos fundamentais de garantia de qualidade com base em padrões definidos para o licenciamento e acreditação nos termos da Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA) da República Democrática de Timor-Leste (RDTL). Os dados e a informação usados nesta avaliação de progresso foram recolhidos durante o processo de avaliação externa internacional, levada a cabo em 2010 para o licenciamento e acreditação inicial, e confrontados com os dados correspondentes relativos a 2011. Este processo foi solicitado pelo Conselho de Ministros que reportará, em última análise, ao Primeiro-Ministro. O Ministério da Educação não tomou parte deste processo, de forma a evitar o surgimento de um conflito de interesses.

O presente documento descreve os resultados da avaliação levada a cabo pela equipa internacional no **IPDC**. A avaliação de progresso está dividida em duas partes, sendo:

Parte 1: **Classificação institucional** e as *Categorias para Licenciamento e Acreditação Institucional Inicial* as quais representam os oito (8) critérios básicos de *elegibilidade*; e

Parte 2: Os *Critérios para a acreditação*, apresentando os critérios detalhados de avaliação da qualidade educacional.

Para o processo de avaliação, cada instituição foi solicitada a preparar um Relatório Anual de Progresso abrangente e a apresentá-lo à ANAAA (o estudo autónomo para 2010-2011) nos termos dos Critérios para a Acreditação. O presente documento foi revisto pela equipa internacional que se reuniu no local, com as seguintes categorias de representantes institucionais: Conselho Directivo; Reitor; Vice-Reitores para assuntos académicos, estudantis, financeiros, operacionais, e outras áreas conforme definido pela instituição; directores de departamentos académicos; docentes; representantes dos estudantes; funcionários administrativos incluindo, mas não se limitando a: Biblioteca, Tecnologia educacional, Recursos pedagógicos (laboratórios, etc.); Assuntos estudantis (Orientação vocacional, Aconselhamento, Actividades estudantis, Dormitórios, Serviços de saúde, Registos dos alunos, Admissões e outros conforme definido pela instituição); Gestão financeira; Instalações físicas/gestão de operações. Para além disso, as instalações físicas são inspeccionadas pela equipa de avaliação.

As categorias de licenciamento e acreditação institucional inicial, bem como os critérios para a acreditação, surgem no documento abrangente do Ministério da Educação, intitulado **Crítérios e Processos de Licenciamento e Acreditação Inicial, Timor-Leste, 2007-2008.**

Equipa de avaliação internacional:

Dr. Adil Basuki Ahza, Secretário Executivo da Agência Nacional de Acreditação do Ensino Superior, Indonésia

Prof. Dr. Hazman Syah Abdullah, Autoridade de Qualificações da Malásia

Dirce Belo, Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica.

Parte 1: Classificação de Instituições e as Categorias para o Licenciamento e Acreditação Institucional Inicial

As categorias seguintes representam os oito (8) critérios básicos de elegibilidade para o licenciamento e acreditação institucional inicial. Os comentários por critério têm como base os resultados da avaliação geral da instituição supramencionada e serão especificados posteriormente na 2.^a parte: Os Critérios de Acreditação.

1. A *missão institucional* insere-se nos padrões do Ensino Superior e as ofertas ao nível académico classificam a instituição como universidade, instituto ou academia.

Comentários da equipa:

O IPDC mantém-se em conformidade como Academia.

2. O órgão directivo e a gestão administrativa da instituição são apropriados, qualificados e adequados ao âmbito da instituição. Entre os administradores deverá haver um reitor/director executivo.

Comentários da equipa:

Existe uma estrutura directiva e de gestão, embora não esteja em total concordância com o gráfico apresentado. As posições e responsabilidades associadas são do conhecimento de todos, embora não estejam exactamente representadas no documento. O programa académico segue a missão institucional. Existe actualmente: um novo organigrama, estrutura, descrição de funções e políticas institucionais, decreto do director Set. 24, 2010 + estatutos do IPDC, manual administrativo e manual para docentes.

3. O programa académico segue a missão institucional.

Comentários da equipa:

O IPDC continua a oferecer possibilidades de desenvolvimento profissional através dos seus dois programas de gestão administrativa e informática. O Instituto está em conformidade com este requisito.

4. Os programas académicos seguem os Critérios Mínimos de Desenvolvimento Curricular pela Comissão Nacional para o Desenvolvimento Curricular.

Comentários da equipa:

O IPDC mantém-se em total conformidade com este requisito em 2011.

5. O pessoal docente deverá ter qualificações académicas, no mínimo um grau académico acima da área que leccionam (ex. bacharelatos para programas de certificação; mestrados para programas de bacharelato, e doutoramentos para programas de mestrado e doutoramento). Se tal não for o caso aquando do licenciamento, a instituição deverá submeter um plano que indique especificamente de que forma é que o pessoal docente irá obter os graus de mestrado e doutoramento em 5 e 8 anos, respectivamente.

Comentários da equipa:

O IPDC qualificou adequadamente os docentes para o ensino dos dois programas. O IPDC dispõe de 16 funcionários com nomeação definitiva (4 com graus de mestrado e 1 a concluir o curso de mestrado) e 11 funcionários não permanentes (5 possuem o grau de mestrado e os restantes participam actualmente em cursos superiores).

6. A instituição deverá dispor de recursos pedagógicos adequados (biblioteca e laboratórios) ou um plano específico de como os obter.

Comentários da equipa:

O IPDC procedeu a melhorias na biblioteca e nos recursos didácticos. As instalações ao nível de computadores, Internet e secretariado são de alta qualidade. Foram adquiridas colecções adicionais no valor de 1000 dólares americanos em 2011. *The Asia Foundation* doou 200 títulos. Em 2011 foi recrutado um bibliotecário formado. O consórcio de biblioteca visionado pelo IPDC não foi formalizado pelo Ministério da Educação (ME).

7. As instituições deverão ser detentoras da sua propriedade ou apresentar documentação que comprove o arrendamento de longa duração (preferencialmente para, no mínimo, dez anos). A documentação deverá ser analisada pelo Ministério da Justiça ou por uma agência competente.

Comentários da equipa:

O IPDC mantém-se em total conformidade com este requisito em 2011. O terreno e infra-estrutura física/recursos do IPDC pertencem à Fundação, sendo a mesma a detentora legal.

8. A instituição deverá elaborar um plano financeiro para 5 anos que indique a forma como pensa levar a cabo as suas responsabilidades administrativas e académicas. Numa situação ideal, a instituição deverá manter em reserva o equivalente a um ano de custos operacionais. Este montante poderá ser usado para proceder ao pagamento das propinas aos alunos que sejam transferidos para instituições de ensino alternativas, em caso de encerramento da instituição em questão.

Comentários da equipa:

A situação mantém-se inalterada desde a revisão de 2010. O IPDC possui um plano estratégico para 5 anos, bem como um plano financeiro para o mesmo período, em que depende de propinas, bolsas e doações. No entanto, o Director referiu que o IPDC se debate ainda com a obtenção de fundos suficientes para a construção de um novo centro académico em 2011. As reservas (depósito a prazo) correspondem aos custos operacionais anuais.

PARTE 2: Os Critérios para a Acreditação

Critério 1: Finalidade, Planeamento e Eficácia

	Grau de cumprimento dos critérios:								
	2010				2011				Observações
CRITÉRIO 1: FINALIDADE, PLANEAMENTO E EFICÁCIA	Cumpriu totalmente	Cumpriu parcialmente	Não cumpriu	NA	Cumpriu totalmente	Cumpriu parcialmente	Não cumpriu	NA	
1.1 Objectivo institucional	X				X				
1.2 Planeamento e avaliação institucionais	X				X				
1.3 Eficácia institucional									
1.3.1 Programas académicos e Serviços de apoio académico	X				X				
1.3.2 Serviços de apoio ao estudante	X				X				
1.3.3 Serviços administrativos	X				X				
1.4 Pesquisa institucional		X				X			A situação mantém-se inalterada em 2011

Comentários da equipa por critério:

1.1. Objectivo institucional

O IPDC está empenhado em oferecer formação profissional a estudantes qualificados na área da informática e gestão administrativa.

1.2. Planeamento e avaliação institucionais

Existe um processo simples, mas adequado, de planeamento que gere a actual variedade de programas e matrículas. O IPDC demonstra compromisso em adoptar práticas sugeridas no sentido de melhorar o planeamento e avaliação dos programas através do gabinete do Coordenador de Garantia de Qualidade. O planeamento institucional orienta a oferta, bem como a expansão de programas. Por exemplo, devido à falta de fundos, o plano estratégico para 5 anos com acções específicas concebidas para orientar o Instituto no sentido de uma melhor qualidade da formação profissional, que inclui o arranque de um curso de bacharel em administração empresarial, foi adiado. Concluindo: de uma forma geral, a situação mantém-se à semelhança de 2010. O feedback dos alunos destina-se a avaliar a qualidade do ensino.

1.3. Eficácia institucional

1.3.1. Programas académicos e Serviços de apoio académico:

O mesmo que na revisão de 2010. Existe um processo de avaliação e um sistema que

recorre ao feedback dos alunos, aos resultados dos alunos, aos docentes e aos estagiários para que o Director proceda às correcções e melhorias necessárias. A nova unidade de garantia de qualidade deverá assumir esta função, mas apenas recentemente deu início ao planeamento do trabalho.

1.3.2. Serviços de apoio ao estudante:

A eficácia dos serviços de apoio ao estudante é avaliada nos mesmos moldes de 2010, ou seja, de um modo informal e irregular. O IPDC não sente ainda a necessidade de desenvolver um sistema organizado.

1.3.3. Serviços administrativos:

O mesmo que em 2010, ou seja, os serviços administrativos estão sujeitos a uma avaliação informal e pessoal pelo Director. Este método parece ser eficaz tendo em conta o nível operacional actual.

1.4. Pesquisa institucional

Os dados que envolvem estudantes (admissões, matrículas, desempenho e recrutamento) e docentes são recolhidos e examinados. No entanto, a análise da informação é ainda limitada. Em 2011, o Gabinete de Garantia de Qualidade deu início às funções como gabinete de controlo.

ANÁLISE SUMÁRIA PARA O CRITÉRIO 1:

O Instituto mantém-se fiel à sua missão clara e focada em 2011. O plano estratégico para 5 anos apresentado em 2010, como plataforma-chave de planeamento focado na admissão e progresso dos alunos, currículo, desenvolvimento de recursos humanos e melhorias financeiras, não foi totalmente implementado devido à falta de fundos. No entanto, o IPDC continua a registar algumas melhorias, nomeadamente no que se refere ao sistema de avaliação com base no feedback dos alunos, funcionários e cargos superiores. A unidade de garantia de qualidade deverá assumir a função de força motriz para a recolha, verificação e análise de dados institucionais, e respectiva tomada de acções. A recolha e verificação de informações-chave para a avaliação de resultados e tomada de acções são louváveis, embora não tenha sido possível verificar a sua eficácia durante a visita de revisão de 2011 como meio para a melhoria contínua da qualidade.

Critério 2: Programa educacional

	Grau de cumprimento dos critérios:									
	2010				2011				Observações	
CRITÉRIO 2: PROGRAMA EDUCACIONAL	Cumpriu totalmente	Cumpriu parcialmente	Não cumpriu	NA	Cumpriu totalmente	Cumpriu parcialmente	Não cumpriu	NA		
2.1 Objectivos do programa	X				X					
2.2 Programa de graduação										
2.2.1 Admissão aos cursos de graduação	X				X					
2.2.2 Conclusão do curso de graduação/ Requisitos para a graduação	X				X				Existe uma educação contínua	
2.2.3 Currículo e ensino dos cursos de graduação									Melhoria considerável no que se refere à sala de multimédia em 2010, embora não tenha havido avanços significativos desde então.	
2.2.3.1 Programas/cursos especiais	X				X					
2.2.3.2 Requisitos educacionais gerais centrais	X				X					
2.2.3.3 Componente prática/estágio	X				X					
2.2.4. Aconselhamento académico	X				X					
2.3 Programa de pós-graduação										
2.3.1 Admissão para cursos de pós-graduação				X				X		
2.3.2 Requisitos de conclusão de cursos de pós-graduação				X				X		
2.3.3 Currículo e ensino dos cursos de pós-graduação				X				X		
2.3.4 Distinção em níveis de pós-graduação				X				X		
2.3.5 Aconselhamento académico				X				X		

2.4 Publicações e avisos	X				X				
2.5 Ensino à distância				X			X		<i>Recente, mas não existe ainda infraestrutura ou módulo</i>
2.6. Programas de educação continuada, profissional, extensão e de serviços	X				X				
2.7 Processos dos alunos	X				X				
2.8 Corpo docente									
2.8.1 Seleção de docentes	X				X				
2.8.2 Preparação académica e profissional				X				X	<i>2011: INALTERADO. O recrutamento é feito a um nível mundial</i>
2.8.2.1 Programas especiais	X				X				
2.8.2.2 Programas de certificação, diploma e cursos superiores de curta duração	X				X				
2.8.2.3 Programas de bacharelato				X				X	
2.8.2.4 Programas de pós-graduação				X				X	
2.8.2.5 Cursos de ensino à distância				X			X		<i>Recente, mas deverá ser desenvolvido um sistema de gestão de qualidade. Em média, um aluno pode fazer duas disciplinas. Sem alterações, não existe uma infraestrutura ou módulo de ensino à distância em 2010</i>
2.8.3 Docentes em part-time	X				X				
2.8.4 Assistentes dos cursos de pós-graduação				X				X	
2.8.5 Compensação do corpo docente	X				X				
2.8.6 Nomeação de docentes, promoção e nomeação definitiva		X					X		<i>Provisões mais formais para promoção mas não</i>

										<i>existe sistema de nomeação definitiva. Ainda em discussão</i>
2.8.7 Desenvolvimento profissional do corpo docente	X					X				
2.8.8 O papel do corpo docente	X					X				
2.8.9 Carga horária do corpo docente	X					X				
2.8.10 Avaliação do corpo docente	X					X				
2.8.11 Reclamações por parte do corpo docente		X					X			<i>Processo inalterado</i>
2.9 Acordos contratuais										
2.9.1 Acordos para serviços Educacionais	X					X				

Comentários da equipa por critério:

2.1 Objectivos do programa

Os objectivos de cada programa oferecido pelo Instituto estão bem definidos.

2.2. Programa de graduação

2.2.1. Admissão aos cursos de graduação:

Os programas são anunciados através dos meios de comunicação (televisão/rádio), banners e visitas aos sucros. As políticas de admissão estão bem definidas e publicadas. Existe um processo formal de selecção e a qualidade de futuros alunos mantém-se um grande desafio.

2.2.2 Conclusão do curso de graduação/Requisitos para a graduação:

A situação mantém-se à semelhança da verificada na revisão de 2010. Segue os requisitos do Ministério da Educação (ME). Os padrões para o progresso satisfatório, tais como o GPA (índice de avaliação para o cálculo da média final), os períodos mínimos permitidos e os requisitos dos cursos estão especificados no guia do estudante.

2.2.3. Currículo e ensino dos cursos de graduação:

2.2.3.1. Programas/cursos especiais:

O mesmo que em 2010; são promovidas sessões extraordinárias e cursos “de Verão” para alunos que requerem assistência especial.

2.2.3.2 Requisitos educacionais gerais centrais:

Estão incluídos de acordo com os requisitos do Ministério.

2.2.3.3 Componente prática/estágio:

Todos os programas se mantêm à semelhança de 2010. Os alunos podem fazer um estágio a cada segundo semestre, para o qual existem linhas orientadoras detalhadas. Os alunos podem recorrer aos docentes para assistência. Existe um contrato formal com as organizações que recebem estagiários.

2.2.4. Aconselhamento académico:

O mesmo que em 2010; a cada grupo de 10 estudantes é atribuído um orientador.

2.3 Programa de pós-graduação

Não existem programas de pós-graduação.

2.3.1 Admissão para cursos de pós-graduação:

2.3.2 Requisitos de conclusão de cursos de pós-graduação:

2.3.3 Currículo e ensino dos cursos de pós-graduação:

2.3.4 Distinção em níveis de pós-graduação:

2.3.5 Aconselhamento académico:

2.4 Publicações e avisos

A informação está disponível através de uma brochura e um website. Os avisos são feitos através de vias convencionais, tais como os jornais.

2.5 Ensino à distância

2011 não registou a implementação deste serviço, uma vez que a infra-estrutura e módulos para o ensino à distância através de website não estão totalmente disponíveis.

2.6. Programas de educação continuada, profissional, extensão e de serviços

Não foram registadas alterações desde 2010. São promovidos cursos de curta duração para as comunidades de Baucau, Manatuto e Suai. Estes incluem um curso em liderança com a duração de um ano e outros cursos em hotelaria e restauração.

2.7 Processos dos alunos

O sistema verificado em 2010 mantém-se inalterado. Os processos são mantidos no Gabinete de Assuntos Académicos numa base de dados electrónica e em papel. São feitas cópias de segurança em CDs, armazenadas noutra local.

2.8 Corpo docente

Não houve qualquer alteração significativa em 2011. Os membros do corpo docente elogiaram a qualidade das instalações e o bibliotecário demonstrou a sua satisfação com o ambiente de trabalho (resposta rápida), contribuindo para a transição para uma nova língua de instrução.

2.8.1 Seleção de docentes:

Os processos de nomeação estão especificados no Artigo 5.º do Manual Administrativo. Qualificação, experiência e carácter pessoal são critérios usados na seleção do pessoal académico

2.8.2 Preparação académica e profissional:

2.8.2.1 Programas especiais:

O mesmo que na revisão de 2010. As sessões especiais e cursos de curta duração são ministrados por docentes que são adicionalmente remunerados por este trabalho.

2.8.2.2 Programas de certificação, diploma e cursos superiores de curta duração:

O pessoal docente activo verificado em 2011 é o mesmo de 2010. A maioria dos docentes em full-time desempenha um papel administrativo para além das suas responsabilidades de ensino. A condição de qualidade e qualificação verificada em 2010 não teve alterações significativas, dado que o pessoal que deixou o IPDC foi compensado por novos elementos.

2.8.2.3 Programas de bacharelato

Não aplicável.

2.8.2.4 Programas de pós-graduação

Não aplicável.

2.8.2.5 Cursos de ensino à distância

Não aplicável.

2.8.3 Docentes em part-time:

A situação mantém-se inalterada desde a revisão de 2010.

2.8.4 Assistentes dos cursos de pós-graduação:

Não aplicável.

2.8.5 Compensação do corpo docente:

O mesmo que em 2010: os docentes em full-time recebem uma remuneração mensal de 230 dólares americanos, enquanto que o pessoal em part-time é pago a um valor de 2,50 dólares americanos por crédito. O IPDC expressa preocupação com os efeitos de um decreto iminente do ME acerca da compensação de pessoal docente, ao qual terá dificuldades de responder.

2.8.6 Nomeação de docentes, promoção e nomeação definitiva:

A situação verificada em 2011 mantém-se à semelhança da verificada em 2010. A nomeação para lugar de ingresso tem carácter probatório durante o primeiro ano. Completado o período de nomeação provisória, esta converte-se em definitiva quando o funcionário demonstra desempenho satisfatório. A promoção depende de

um sistema de qualificação, certificação e recompensa, e do carácter, conforme prescrito pela Ordem Canossiana.

2.8.7 Desenvolvimento profissional do corpo docente:

Sete membros do corpo docente prosseguem os seus estudos, um para o grau de doutorado, 4 para mestrado e 2 para bacharel. A formação de professores, incluindo liderança, é ministrada no campus. Formações promovidas fora da Academia incluem cursos de informática. Existe actualmente um processo de formação para todo o país, liderado pelo IPDC. Um dos avanços em 2011 é o acordo formal sob a alçada do KIESP-TL que envolve formação para instituições do ensino superior privado para fins de desenvolvimento em áreas, tais como a metodologia de ensino e linguística. No que se refere ao ensino da língua portuguesa, o IPDC mantém a sua colaboração com o Instituto Camões.

2.8.8 O papel do corpo docente:

As funções e responsabilidades de todos os funcionários mantêm-se inalteradas. As mesmas encontram-se especificadas no Artigo 5.º do Manual Administrativo. As descrições individuais de funções estão anexadas aos respectivos contratos de trabalho.

2.8.9 Carga horária do corpo docente:

As cargas horárias dos docentes em full e part-time mantêm-se à semelhança das observadas em 2010. Verifica-se ainda o problema crítico do número reduzido de membros que compõem o corpo docente, o que obriga os mesmos a leccionar até 5 disciplinas, nem sempre da sua área de conhecimento.

2.8.10 Avaliação do corpo docente:

Em 2011, a avaliação feita pelos alunos relativamente ao pessoal docente e a apreciação feita pelos chefes de departamento são enviadas ao Director. O processo em si é gerido pelo gabinete de garantia de qualidade que reporta ao Director.

2.8.11 Reclamações por parte do corpo docente:

Não existem procedimentos formalmente documentados, mas as reclamações são primeiramente enviadas aos chefes de departamento e, se não forem resolvidas, ao Director para decisão final.

2.9 Acordos contratuais

2.9.1 Acordos para serviços educacionais:

Os acordos relativamente à formação linguística foram estabelecidos com o Instituto Camões (no que se refere à língua portuguesa) e a VOICA (para o ensino do inglês). Não foram registadas alterações desde 2010.

ANÁLISE SUMÁRIA PARA O CRITÉRIO 2:

A situação desenvolvida em 2010 mantém-se em 2011. Foi estabelecido um manual abrangente para docentes e deu-se uma formalização ao nível da organização em conformidade com o decreto do Director de Setembro de 2010. Foram estabelecidas responsabilidades claras no que se refere à garantia de qualidade. Têm-se vindo a desenvolver cooperações com instituições católicas em 2011. No entanto, o desenvolvimento de padrões católicos, que deverão ser coerentes com os padrões da ANAAA, não foi observado durante a revisão de 2011.

Critério 3: Serviços educacionais e de apoio ao estudante

	Grau de cumprimento dos critérios:									
	2010				2011				Observações	
CRITÉRIO 3: SERVIÇOS EDUCACIONAIS E DE APOIO AO ESTUDANTE	Cumpriu totalmente	Cumpriu parcialmente	Não cumpriu	NA	Cumpriu totalmente	Cumpriu parcialmente	Não cumpriu	NA		
3.1 Biblioteca										
3.1.1 Finalidade e âmbito	X				X					
3.1.2 Serviços de recursos pedagógicos	X				X					
3.1.3 Coleções	X				X					
3.1.4 Acordos de cooperação	X				X					
3.1.5 Pessoal	X				X					
3.1.6 Recursos para o ensino à distância			X				X		Recentemente iniciado, não foi estabelecido nenhum sistema de gestão de qualidade para a garantia interna da qualidade; em alterações desde 2010	
3.2 Apoio pedagógico	X				X					
3.3 Recursos e sistemas de Tecnologia da Informação	X				X					
3.4 Serviços de apoio ao estudante										
3.4.1 Programas e serviços	X				X					
3.4.2 Apoio financeiro para estudantes	X				X					
3.4.3 Aconselhamento e orientação vocacional	X				X					
3.4.4 Transacções dos estudantes	X				X					
3.4.5 Actividades e publicações dos estudantes	X				X					
3.4.6 Comportamento dos estudantes	X				X					
3.4.7 Reclamações por parte dos estudantes	X				X					
3.4.8 Dormitórios				X				X	Não houve qualquer melhoria significativa desde 2010. Não existem	

									dormitórios.
3.4.9 Serviços de saúde	X				X				

Comentários da equipa por critério:

3.1 Biblioteca

3.1.1 Finalidade e âmbito:

A finalidade e âmbito adequam-se ao IPDC como academia com dois programas. A biblioteca, como componente do seu programa anual de orientação, oferece formação para a utilização de serviços de biblioteca, incluindo recursos de busca electrónicos para os alunos.

3.1.2 Serviços de recursos pedagógicos:

Registaram-se melhorias significativas na biblioteca, nomeadamente o novo espaço amplo de leitura e 4 computadores ligados à rede para que funcionários e estudantes possam fazer as suas pesquisas através do sistema KOHA. Os bibliotecários participaram em cursos de curta duração em serviços e gestão de bibliotecas, organizados pela Associação de Bibliotecas e Informação de Timor-Leste (ABITL).

3.1.3 Colecções:

A quantidade e qualidade das colecções tiveram uma melhoria considerável e adequam-se às necessidades dos cursos. Apesar da provisão de jornais, publicações periódicas e outros materiais ser limitada, o acesso à Internet e os empréstimos inter-bibliotecas destinam-se a preencher a lacuna até um certo ponto.

3.1.4 Acordos de cooperação:

Os acordos de cooperação com várias bibliotecas foram formalizados e mantidos em 2011, nomeadamente os acordos com a Universidade Nacional (UNTL), Xanana *Reading Room*, a ABITL e o Centro Juvenil Padre António Vieira (CJPAV), permitindo aos alunos do IPDC acederem às referências ou a outros materiais de leitura necessários. Foi delineado um plano de acordo com o qual a biblioteca (*Sophia Academic Library*) irá criar uma hiperligação e subscrever jornais online.

3.1.5 Pessoal:

A gestão da biblioteca do IPDC está a cargo de três funcionários. Apesar de nenhum deles ser formalmente qualificado em gestão de bibliotecas, estão aptos a responder às necessidades dos alunos e funcionários. A formação é ministrada pela ABITL e pelo CJPAV. A catalogação e a utilização de software para o desenvolvimento da biblioteca estão ainda em curso em 2011. O plano do Ministério da Educação e Cultura de abrir uma biblioteca nacional não foi implementado em 2011.

3.1.6 Recursos para o ensino à distância:

Não aplicável.

3.2 Apoio pedagógico

A provisão de apoio pedagógico, nomeadamente salas de aula, projectores digitais, computadores, Internet sem fios e técnicos, mantém-se à semelhança de 2010. A adequação do sistema de apoio pedagógico é componente da avaliação periódica com vista à melhoria. A disponibilidade e utilização de sistemas de apoio pedagógico foram confirmadas pelos alunos durante a visita de revisão de 2011.

3.3 Recursos e sistemas de Tecnologia da Informação

O IPDC possui recursos adequados de TI, ou seja, Internet, rede sem fios, incluindo serviços de Internet pré-pagos para alunos e funcionários. Os recursos audiovisuais estão bem mantidos e visam apoiar as actividades pedagógicas. Tal foi confirmado pelos estudantes. Se os alunos pretenderem adquirir computadores portáteis, os mesmos podem fazê-lo a crédito.

3.4 Serviços de apoio ao estudante

O IPDC, com vista ao desenvolvimento dos alunos, oferece actividades extra-curriculares, organizadas em parceria com o senado estudantil. As actividades podem ser desportivas, culturais e artísticas, planeadas e geridas pela unidade de assuntos relacionados com os alunos.

3.4.1 Programas e serviços:

O IPDC tem um programa estruturado para publicitar requisitos de admissão/matrícula, gerir os processos dos alunos, organizar o aconselhamento académico e monitorizar o progresso dos alunos que aguardam graduação.

3.4.2 Apoio financeiro para estudantes:

O IPDC garante apoio financeiro e bolsas, especialmente aos melhores alunos. Os estudantes economicamente desfavorecidos podem ser dispensados do pagamento de propinas.

3.4.3 Aconselhamento e orientação vocacional:

A provisão de serviços de aconselhamento para os estudantes do IPDC com problemas pessoais, entre outros, é da responsabilidade de membros da Ordem Canossiana e de outros conselheiros. O IPDC fornece também aos alunos informações acerca de oportunidades de emprego e de desenvolvimento de carreira.

3.4.4 Transacções dos estudantes:

Foram mantidos os progressos verificados em 2010, por ex., processos relacionados com as transacções dos alunos no que se refere à utilização da Internet, materiais do curso ou de laboratório. É feita uma auditoria mensal para este fim.

3.4.5 Atividades e publicações dos estudantes:

O IPDC possui políticas e procedimentos, bem como documentos claros sobre as responsabilidades da instituição em relação às publicações dos alunos.

3.4.6 Comportamento dos estudantes:

O IPDC dispõe de um código de ética abrangente, regras e regulamentos relativos ao comportamento dos estudantes, que podem ser encontrados no manual do aluno disponibilizado pelo IPDC.

3.4.7 Reclamações por parte dos estudantes:

Foram definidos regulamentos e procedimentos para os estudantes no sentido de canalizarem as suas reclamações à gestão do IPDC. Para além disso, existem outros canais, tais como o senado estudantil e os conselheiros académicos.

3.4.8 Dormitórios:

NA.

3.4.9 Serviços de Saúde:

Todos os alunos e funcionários têm acesso a serviços de saúde, conforme o verificado já em 2010. A Fundação Canossa providencia também médicos, dentistas e paramédicos aos alunos e docentes.

ANÁLISE SUMÁRIA PARA O CRITÉRIO 3:

De uma forma geral, o IPDC oferece serviços educacionais e de apoio, adequados às necessidades dos alunos e funcionários. Há um investimento e atenção dada aos recursos e instalações de apoio ao ensino e aprendizagem nas duas áreas. O ambiente geral é altamente propício ao ensino e aprendizagem.

Critério 4: Processo administrativo

	Grau de cumprimento dos critérios:								Observações
	2010				2011				
	Cumpriu totalmente	Cumpriu parcialmente	Não cumpriu	NA	Cumpriu totalmente	Cumpriu parcialmente	Não cumpriu	NA	
4.1. Organização e administração									
4.1.1 Títulos e termos		X				X			Ainda em desenvolvimento, sem mudança, nova posição estratégica sem descrição clara
4.1.2 Organismo directivo	X				X				
4.1.3 Políticas oficiais	X				X				
4.1.4 Organização administrativa	X				X				
4.2 Relações institucionais									
4.2.1 Assuntos relacionados com antigos alunos	X				X				
4.2.2 Angariação de fundos				X			X		
4.3 Recursos financeiros									
4.3.1 Organização financeira	X				X				
4.3.2 Planeamento orçamental	X				X				
4.3.3 Controlo orçamental	X				X				
4.3.4 Contabilidade e auditoria	X				X				
4.3.5 Controlo de aquisições e inventário	X				X				
4.3.6 Política de reembolso	X				X				
4.3.7 Pagamentos e recebimentos	X				X				
4.3.8 Gestão de riscos		X				X			Limitada, embora adequada
4.3.9 Empreendimentos adicionais	X				X				
4.4 Recursos físicos									
4.4.1. Gestão do espaço	X				X				
4.4.2. Manutenção	X				X				
4.4.3. Segurança		X				X			Limitada, embora adequada
4.4.4 Propriedade intelectual e direitos de autor			X				X		Considerado irrelevante nesta altura
4.4.5 Plano de base das	X				X				

instalações									
4.5 Bolsas financiadas externamente e Contratos de investigação				X					X
4.6 Pessoas colectivas relacionadas				X					X

Comentários da equipa por critério:

4.1. Organização e administração

4.1.1 Títulos e termos:

O mesmo que em 2010. A maioria das posições e responsabilidades associadas é compreendida, embora não apresentada de forma exacta no documento de auto-avaliação. O novo decreto do Director (24 de Setembro de 2010) não cobre ainda a posição (estratégica) existente. Termos ainda em desenvolvimento.

4.1.2 Organismo directivo:

O Conselho de Administração reúne-se regularmente para debater assuntos relacionados com as políticas. As deliberações e o processo de tomada de decisão são feitos de forma conjunta e consensual.

4.1.3 Políticas oficiais:

As políticas oficiais são documentadas e, de forma geral, produtos de uma tomada de decisão conjunta e consensual.

4.1.4 Organização administrativa:

A organização e gestão administrativas mantêm-se à semelhança de 2010. As rotinas diárias de gestão de programas estão bem documentadas. Estão disponíveis os registos de processos.

4.2 Relações institucionais

4.2.1 Assuntos relacionados com antigos alunos:

Não foram registadas melhorias significativas nos assuntos relacionados com antigos alunos. O processo de acompanhamento do progresso e desempenho destes alunos está ainda a dar os primeiros passos. O IPDC recebe também apoio financeiro por parte destes alunos, para além do pagamento de dívidas.

4.2.2 Angariação de fundos

Não aplicável.

4.3 Recursos financeiros

4.3.1 Organização financeira:

Em 2011, o IPDC manteve a sua organização financeira simples mas efectiva, que gere todas as transacções, desde o planeamento financeiro aos pagamentos e colectas. As suas reservas equivalem a um ano de custos operacionais.

4.3.2 Planeamento orçamental:

O plano financeiro 2011 para os próximos cinco anos e as suas pretensões em termos de fontes de rendimento e matrículas mantêm-se à semelhança da revisão de 2010.

4.3.3 Controlo orçamental:

Não houve qualquer alteração no que se refere ao controlo orçamental de 2011. É feito directamente pelo Director que reporta à Fundação Canossa e ao Conselho Provincial.

4.3.4 Contabilidade e auditoria:

Os sistemas de contabilidade e auditoria mantêm-se inalterados desde a revisão de 2010. Seguem o modelo organizacional da ordem religiosa que assume as auditorias. O IPDC dispõe de registos de receitas e despesas.

4.3.5 Controlo de aquisições e inventário:

O sistema de aquisição mantêm-se à semelhança do verificado em 2010. As aquisições são geridas pelo vice-director de finanças e aquisições. Para além disso, foi estabelecido um bom sistema de controlo e gestão de inventário.

4.3.6 Política de reembolso:

Não foram registadas alterações às políticas em 2011. Os reembolsos são aceitáveis, sendo feitos directamente pelo Director.

4.3.7 Pagamentos e recebimentos:

Sem alterações desde 2010. Todos os pagamentos e recebimentos em 2011 são geridos pelo departamento financeiro sob a alçada do vice-director de finanças, o qual faz a gestão dos registos e reporta ao Director, quando necessário.

4.3.8 Gestão de riscos:

O mesmo que em 2010. A gestão de riscos limita-se à protecção física de bens.

4.3.9 Empreendimentos adicionais:

Não houve qualquer alteração ao nível do pessoal e do sistema em 2011. O IPDC oferece diversos serviços auxiliares que garantem receitas adicionais.

4.4 Recursos físicos

4.4.1. Gestão do espaço:

O espaço físico gerido pelo IPDC é providenciado pela Fundação Canossa de acordo com as necessidades e o plano de base.

4.4.2. Manutenção:

O campus está bem mantido e o Director encontra-se em processo de obter mais fundos para o ensino e manutenção das instalações em 2011.

4.4.3. Segurança:

O campus foi construído numa área isolada e dispõe de guardas em vigilância permanente. A Fundação é responsável pelos assuntos relacionados com a segurança. No entanto, a instituição não está em total conformidade com as especificações do critério.

4.4.4 Propriedade intelectual e direitos de autor:

Tal como em 2010, não foram tomadas providências em relação à propriedade intelectual e aos direitos de autor. No entanto, tal não parece ser um assunto preocupante dado o nível de programas oferecidos.

4.4.5 Plano de base das instalações:

Sem alterações significativas na visita de 2011. O IPDC apresentou o plano de base das instalações em 2010; a implementação do mesmo depende ainda da disponibilidade dos recursos financeiros necessários.

4.5 Bolsas financiadas externamente e Contratos de investigação:

Não aplicável.

4.6 Pessoas colectivas relacionadas:

Não aplicável.

ANÁLISE SUMÁRIA PARA O CRITÉRIO 4:

Embora não se tenham verificado mudanças consideráveis durante a revisão de 2011, foram feitos esforços no sentido de assegurar melhorias contínuas. O IPDC foi estabelecido e é actualmente gerido pela Ordem Canossiana. A Fundação Canossa assume o cargo directivo. A gestão adquiriu uma base legal mais formal em 2011. A estrutura directiva e de gestão é composta por particulares empenhados e qualificados. A gestão geral do IPDC distingue-se por um nível elevado de tomada de decisão conjunta, de igual para igual. A avaliação sistemática é também caracterizada por esta cooperação. O Instituto tem vindo a proceder a melhorias desde 2009 na documentação relacionada com a estrutura organizacional que, actualmente, reflecte a estrutura do IPDC. Esta estrutura foi assumida como documento formal sob o decreto do Director de Setembro de 2011. O IPDC apresentou informação respeitante às suas práticas financeiras que vão ao encontro do critério.

SÍNTESE DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE PROGRESSO 2011

Não foram registadas mudanças consideráveis durante a visita de 2011. O Instituto possui uma missão clara e focada, bem como um sistema de avaliação institucional com base no feedback dos alunos, funcionários e cargos superiores, sob a supervisão da unidade de garantia de qualidade. A recolha e verificação de informações-chave para a avaliação de resultados e tomada de acções são dignas de louvar. Os empreendimentos da Academia em 2008 e 2010 continuam a reflectir-se num programa académico bem organizado, consistente com a sua missão e ministrado por docentes qualificados.

Existe agora um processo de formação para todas as instituições privadas de ensino superior de Timor-Leste sob a alçada da KIESPTL, liderado pelo IPDC. Tal envolve formação para instituições do ensino superior privado para fins de desenvolvimento em áreas, tais como a metodologia de ensino e linguística, e um novo acordo de partilha de recursos de biblioteca em 2011. Tem havido uma certa cooperação entre instituições católicas. Tal levará ao desenvolvimento de padrões católicos em conformidade com os critérios da ANAAA. O Director do IPDC teve a oportunidade de participar num workshop internacional sobre garantia de qualidade em Kuala Lumpur, Malásia, em Outubro de 2011, juntamente com outros representantes da UNTL. Espera-se que haja uma partilha de boas práticas com outras instituições de ensino superior em Timor-Leste. De uma forma geral, o IPDC oferece e gere serviços educativos e de assistência de forma adequada às necessidades dos alunos e funcionários.